



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2022 - REGIME CELETISTA

DATA DA PROVA: 18/12/2022
PERÍODO DA PROVA: TARDE

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o Caderno de Questões esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. **O candidato NÃO poderá levar consigo o Caderno de Questões, poderá levar tão somente o Gabarito a ser destacado do Caderno de Questões;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

ANOTE ABAIXO AS SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA ACIMA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) À luz da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, é CORRETO afirmar que o Hino e a Marcha à Ponta Grossa deverão ser executados:

- (A) Facultativamente, nas escolas municipais, uma vez por semana, na presença dos alunos.
- (B) Obrigatoriamente, nas escolas municipais, uma vez por semana, na presença dos alunos.
- (C) Nas solenidades oficiais e mais importantes promovidas pelo Poder Público.
- (D) Em todas as Sessões Ordinárias dos períodos legislativos da Câmara Municipal.
- (E) É obrigatório cantar o Hino, sendo dispensada a Marcha nos eventos oficiais.

02) A Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, dispõe que impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico ou cultural do Município, desta forma, é CORRETO afirmar que a competência é:

- (A) Do Município, em comum com a União e o Estado.
- (B) Do Município, em comum com a União.
- (C) Do Município, em comum com o Estado.
- (D) Do Estado, em comum com a União.
- (E) Apenas do Município.

03) Consta na Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa que, o uso de bens municipais por terceiros, quando houver interesse público devidamente justificado, sendo CORRETO afirmar que poderá ser feito mediante:

- (A) Concessão, Permissão ou Usucapião.
- (B) Concessão, Permissão ou Avaliação.
- (C) Concessão, Permissão ou Autorização.
- (D) Autorização, dispensada a manifestação da vontade da Administração Pública.
- (E) Concessão e Permissão, apenas.

04) À luz da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, será executada no Brasil a Sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos, EXCETO:

- (A) Haver sido proferida por juiz competente.
- (B) Terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia
- (C) Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida
- (D) Estar traduzida por intérprete autorizado
- (E) Ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

05) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, dispõe sobre casamento, sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os estrangeiros não podem se casar no Brasil.
- (B) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
- (C) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país de origem.
- (D) O casamento de estrangeiros poderá ser celebrado perante qualquer autoridade do país de ambos os nubentes.
- (E) O divórcio de cônjuges brasileiros não pode ser realizado no estrangeiro.

06) Com base na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, é CORRETO afirmar que, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando:

- (A) Apresentarem contradição ao ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (B) Apresentarem contradição com a legislação brasileira.
- (C) Ofenderem a Declaração Internacional dos Direitos Humanos.
- (D) Ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- (E) Ofenderem somente a ordem pública e os bons costumes.

07) Sobre contratos dispostos no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sem exceção.
- (B) Reputa-se celebrado o contrato no lugar em que deram início às primeiras tratativas.
- (C) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- (D) Nos contratos onerosos, o alienante nunca responde pela evicção.
- (E) O contrato preliminar dispensa ser levado ao registro competente.

08) Nos termos do Código Civil, é CORRETO afirmar que o mandato pode ser cessado:

- (A) Pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer
- (B) O mandato é sempre irrevogável.
- (C) Pela conclusão do negócio, desde que estejam quitadas todas as obrigações financeiras.
- (D) Se todos os herdeiros concordarem.

(E) Quando houver anuência da Ordem dos Advogados do Brasil.

09) A respeito dos Atos Jurídicos Ilícitos, dispostos no Código Civil, assinale a única alternativa CORRETA:

(A) Constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

(B) A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, sempre é considerada ato ilícito.

(C) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, não comete ato ilícito.

(D) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(E) Não existe ato ilícito na legislação civil.

10) À luz do Código Civil, assinale a única alternativa que NÃO apresenta situação de decadência:

(A) O adquirente, decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço, no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

(B) Decai do direito de propor as ações previstas no artigo antecedente o vendedor ou o comprador que não o fizer no prazo de um ano, a contar do registro do título.

(C) Decairá do direito, o dono da obra, que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

(D) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(E) A exceção decai no mesmo prazo em que a pretensão.

11) Nos termos do Código Civil, é CORRETO afirmar que o contrato de locação de coisas, consiste em:

(A) É aquele em que o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

(B) É aquele em que o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais.

(C) É aquele em que uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.

(D) É o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

(E) É o empréstimo de coisas fungíveis.

12) O Código Civil, dispõe que: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”, referida menção é conhecida como:

(A) Responsabilidade Civil.

(B) Responsabilidade Criminal.

(C) Responsabilidade de Prova.

(D) Responsabilidade Preferencial.

(E) Responsabilidade Moderada.

13) A respeito dos métodos de solução consensual de conflitos, dispostos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

(B) A mediação não é considerada um método de solução consensual de conflitos.

(C) A conciliação só poderá ocorrer na primeira audiência designada no processo.

(D) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a autonomia do mediador ou conciliador.

(E) Não é permitida a arbitragem na solução consensual de conflitos.

14) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as CORRETAS. Nos termos do Código de Processo Civil, A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

() A existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.

() O respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente.

() A espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

() A publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente.

(A) V, V, V, F.

(B) V, V, V, V.

(C) V, F, V, F.

- (D) F, V, V, V.
- (E) V, V, F, V.

15) O Código de Processo Civil, dispõe a respeito do Curador Especial, sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A figura do curador especial não tem relevância.
- (B) A nomeação de curador especial ao réu revel que foi citado por edital ou por hora certa não é uma medida imperativa.
- (C) É defeso ao oficial de justiça constar do mandado a advertência de que será nomeado curador especial se houver revelia.
- (D) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.
- (E) Quando a Defensoria Pública atua como Curadora Especial, está exercendo uma função típica.

16) No que diz respeito ao litisconsórcio, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento.
- (B) Na legislação, existe somente o litisconsórcio unitário.
- (C) O litisconsorte não tem o direito de promover o andamento do processo.
- (D) Não existe litisconsórcio necessário.
- (E) Haverá litisconsórcio quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

17) No que diz respeito as tutelas dispostas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- (B) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- (C) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se não for efetivada dentro de 15 (quinze) dias.
- (D) A tutela antecipada jamais torna-se estável.
- (E) É defeso ao juiz, para concessão da tutela de urgência, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

18) Nos termos do Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que, suspende-se o processo:

- (A) Pelo prazo que a parte entender necessário.
- (B) Pela penhora no rosto do processo.
- (C) Pela justificativa plausível do procurador.
- (D) Pela arguição de impedimento ou de suspeição.
- (E) Pela vontade de uma das partes.

19) São consideradas entidades da administração indireta, EXCETO:

- (A) Autarquias.
- (B) Fundações Públicas.
- (C) Empresas Públicas.
- (D) Sociedade de Economia Mista.
- (E) Secretarias.

20) Preencha a lacuna e assinale a alternativa CORRETA. O princípio da _____ é um dos dois pilares do denominado regime jurídico-administrativo, e dele derivam todas as restrições especiais impostas à atividade administrativa.

- (A) Indisponibilidade do Interesse Público.
- (B) Supremacia do Interesse Público.
- (C) Legalidade
- (D) Razoabilidade e Proporcionalidade.
- (E) Continuidade dos Serviços Públicos.

21) Assinale a alternativa CORRETA. A competência para legislar sobre normas gerais aplicáveis a licitações e contratos administrativo é:

- (A) Privativa da União.
- (B) Privativa do Estado.
- (C) Privativa do Município.
- (D) Privativa do Distrito Federal.
- (E) Privativa a todos os entes da Federação.

22) A Lei n. 8.666/93 (Licitações), dispõe que, se permanecerem empatadas duas ou mais propostas, após terem sido utilizados os critérios de desempate previstos na Lei, a classificação deverá ser feita obrigatoriamente, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. Sendo assim, é CORRETO afirmar que referida classificação será feita por:

- (A) Nova Licitação.
- (B) Sorteio.
- (C) Consulta.
- (D) Complexidade Técnica.

(E) Prévia Justificativa.

23) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as CORRETAS. Nos termos da Lei n. 8.666/93, a Administração tem o poder-dever de aplicar ao contratado sanções administrativas previstas em lei, desde que lhe assegure o exercício do contraditório e ampla defesa prévios. São elas:

I - Multa de mora, por atraso na execução do contrato.

II - Advertência.

III - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, por inexecução total ou parcial do contrato.

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

(A) Apenas I, II, III e IV.

(B) Apenas II, IV e V.

(C) Apenas I, II, III e V.

(D) Apenas II e IV.

(E) Apenas II, III e IV.

24) A prestação direta à população, pela administração pública ou pelos delegatários de serviços públicos, de utilidade ou comodidades materiais voltadas à satisfação de suas necessidades ou meros interesses, é a definição de:

(A) Polícia Administrativa.

(B) Poder Público.

(C) Princípio Administrativo.

(D) Escola Pública.

(E) Serviço Público.

25) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Sendo assim, é CORRETO afirmar que não estão incluídas nesta norma:

(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica em sentido estrito.

(B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica em sentido amplo.

(C) As pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade privada.

(D) A omissão estatal subjetiva.

(E) As empresas privadas.

26) A Constituição Federal dispõe sobre concurso público. Sobre o tema, assinale a única alternativa CORRETA:

(A) O prazo de validade do concurso público é contado a partir da publicação do edital de abertura.

(B) A decisão da administração quanto a prorrogar ou não o prazo de validade do concurso é discricionária.

(C) O candidato aprovado em concurso público deve ser nomeado imediatamente, sendo vedada a nomeação fracionada.

(D) Não há preterição quando a administração pública efetua nomeações sem observância da ordem de classificação por decisão dela própria.

(E) É defesa a reserva de vagas aos candidatos com deficiência.

27) De acordo com a Lei Complementar n. 113/2005, quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei, sendo o instrumento desta decisão considerado:

(A) Título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

(B) Desvio de Finalidade.

(C) Balanço geral do exercício financeiro.

(D) Reincidência.

(E) Prestação de Contas.

28) À luz da Lei Complementar nº 113/2005, para o funcionamento do Tribunal Pleno, é indispensável a presença do Presidente ou seu substituto, e de mais seis de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores regularmente convocados, ressalvadas as hipóteses de *quorum* qualificado, previstas na lei e no Regimento Interno. Sobre o tema é CORRETO afirmar que o presidente votará:

(A) Em caso de empate.

(B) Em caso de contas anuladas.

(C) Somente uma vez ao ano.

(D) Sempre que quiser.

(E) O presidente não vota em hipótese alguma.

29) No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, dispostos na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (B) O direito de herança é garantido a todas as pessoas integralmente.
- (C) Poderá ser compelido a permanecer associado, quando existirem dívidas pendentes.
- (D) A casa pode ser violada quando o som alto estiver incomodando.
- (E) Homens e mulheres são iguais em direitos, mas não em obrigações.

30) A Constituição Federal, em seu Art. 103, elenca quem pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, para tanto, é CORRETO afirmar que não pode propor referidas ações:

- (A) O Presidente da República.
- (B) A Mesa do Senado Federal.
- (C) O Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (D) O Procurador-Geral da República.
- (E) O Prefeito Municipal.

31) A respeito dos Municípios dispostos na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Município será regido por lei orgânica, regimento interno e estatuto dos servidores.
- (B) Para compor a Câmara Municipal de Ponta Grossa, será observado o limite máximo de 23 (vinte e três) Vereadores.
- (C) O subsídio dos Vereadores será fixado pelos cidadãos em cada legislatura.
- (D) Efetuar repasse que supere os limites definidos em lei, não constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.
- (E) É assegurada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

32) No que diz respeito à Medida Provisória na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- (B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- (C) O processo legislativo não compreende a elaboração de medida provisória.

- (D) A medida provisória não poderá ser prorrogada.
- (E) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Vereadores.

33) A Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta como premissas básicas, quatro pilares, para tanto, assinale a alternativa que aponta os corretos:

- (A) Planejamento, Transparência, Efeitos e Responsabilização.
- (B) Planejamento, Transparência, Transferência e Dedução;
- (C) Transparências, Receitas, Participação e Contribuições.
- (D) Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.
- (E) Planejamento, Pagamento, Receitas e Contribuições.

34) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, é chamada de:

- (A) Empresa Controlada.
- (B) Empresa Dependente.
- (C) Empresa Dedutível.
- (D) Empresa de Receita.
- (E) Empresa Determinada.

35) As taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, poderão ser instituídas:

- (A) Somente pela União.
- (B) Somente pela União e os Estados.
- (C) Somente pelos Estados e os Municípios.
- (D) Somente pelo Distrito Federal.
- (E) Pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

36) À luz da Constituição Federal, os critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo, poderão ser estabelecidos através de:

- (A) Lei complementar.
- (B) Lei Ordinária.
- (C) Medida Provisória.

- (D) Lei Municipal.
- (E) Mandado de Segurança.

37) No que tange ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as CORRETAS:

I - O imposto é de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física.

II - A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

III - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I.
- (E) I, II e III.

38) Assinale a alternativa correta. À luz da Consolidação Trabalhista Brasileira, a prescrição intercorrente no processo do trabalho é no prazo de:

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

39) No que diz respeito a Jornada de Trabalho disposta na CLT, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

(B) O tempo de deslocamento do empregado ao trabalho será computado na jornada de trabalho.

(C) Todas as variações de horário no registro de ponto serão computadas como jornada extraordinária.

(D) A legislação não reconhece as horas suplementares à duração do trabalho semanal normal.

(E) A interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, podem sofrer descontos.

40) Nos termos da CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, é CORRETO afirmar que o executado terá o prazo de:

- (A) 5 (cinco) dias para apresentar embargos.
- (B) 10 (dez) dias para apresentar embargos.
- (C) 15 (quinze) dias para apresentar embargos.
- (D) 30 (trinta) dias para apresentar embargos.
- (E) Não cabem embargos após garantida a execução ou penhorados os bens.